



ANO 15 Nº 12

Dezembro de 2006

Especificidades locais explicam comportamentos desiguais

O comportamento do setor industrial brasileiro revela-se bastante diferenciado nos últimos quatro anos, com base na evolução dos índices de produção física industrial, com ajustamento sazonal. Esse mesmo comportamento é observado em São Paulo e no Rio Grande do Sul. Dos três locais considerados, a indústria paulista manteve-se num patamar mais elevado durante quase todo o período jan./03-set./06, ao passo que a gaúcha apresentou uma *performance* mais desfavorável.

A mudança no padrão de comportamento industrial que ocorreu em agosto de 2004 distinguiu dois momentos na série em questão. Inicialmente, os índices observados para Brasil, São Paulo e Rio Grande do Sul evoluíram de modo similar e mostraram o aprofundamento da crise que se abateu sobre o setor, em meados de 2003. Num segundo momento, após uma recuperação marcada por uma evolução muito parecida, observou-se um comportamento progressivamente divergente das atividades industriais brasileira e paulista frente à gaúcha. Enquanto as primeiras continuaram sua trajetória suavemente ascendente, a indústria do Rio Grande do Sul passou a trilhar em direção oposta, atingindo sua pior *performance* no primeiro semestre de 2006.

Essa relativa quebra de sintonia remete às características da matriz industrial de cada local pesquisado. A indústria paulista, potente, diversificada e com uma composição mais homogênea em termos das atividades industriais, é menos vulnerável a fatores que afetam setores específicos. O mesmo ocorre com a indústria brasileira, em larga medida influenciada pelo desempenho da indústria paulista, em função de sua elevada representatividade no produto industrial global.

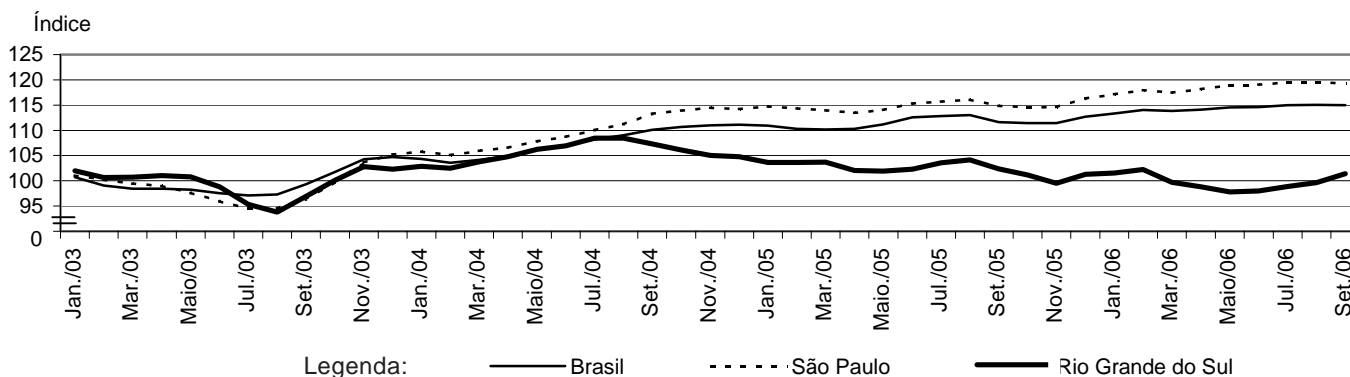
No Rio Grande do Sul, as especificidades do parque industrial forjadas ao longo dos anos concentram-se na forte relação com a sua base agrícola e na existência de vários seg-

mentos representativos, com a produção, em grande medida, direcionada para o mercado externo. Esse grau de especialização intensifica a vulnerabilidade da indústria em relação à evolução da taxa cambial e à produção e à renda geradas na agropecuária.

As maiores dificuldades enfrentadas pela indústria gaúcha decorrem, pois, de seu maior nível de especialização na produção de bens pertencentes aos segmentos mais atingidos pela combinação da taxa de câmbio valorizada (31,3% entre jul./04 e out./06) com a crise do campo no cenário nacional, decorrente de dois anos de estiagem (2004 e 2005) e da queda nos preços internacionais das *commodities* agrícolas, especialmente grãos, somadas às taxas de juros elevadas, à gripe aviária e a restrições aos créditos de ICMS nas exportações. Não surpreende, pois, que os maiores responsáveis pela redução da atividade fabril, no acumulado jan.-set./06, tenham sido os segmentos máquinas e equipamentos, em especial colheitadeiras e tratores agrícolas (-18,4%), calçados e artigos de couro (-8,5%) e fumo (-8,2%).

As perspectivas, no entanto, parecem menos pessimistas. Na comparação com o mês imediatamente anterior, observa-se que a atividade fabril no Rio Grande do Sul vem melhorando seu desempenho a partir de julho de 2006. Em bases trimestrais, na série ajustada sazonalmente, o setor cresceu 3,5% do segundo para o terceiro trimestre neste ano. Esse resultado reflete os efeitos do crescimento das indústrias de alimentos, de veículos automotores, de refino de petróleo e de celulose e papel, assim como o maior dinamismo das atividades que vinham impactando negativamente a formação da taxa global, tais como fumo e calçados e artigos de couro. Em um contexto mais amplo, destacam-se os efeitos positivos da gradual queda na taxa de juros e da lenta recuperação da renda agrícola.

Evolução do índice de produção física industrial com ajuste sazonal em São Paulo, Rio Grande do Sul e Brasil — jan./03-set./06



FONTE: IBGE/PIM-PF.

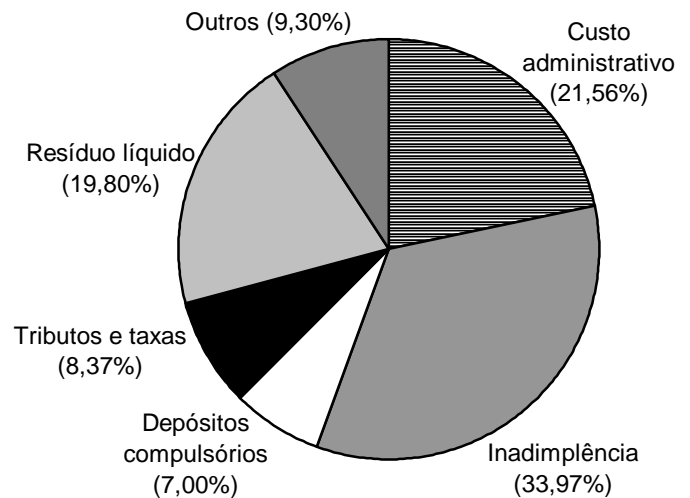
NOTA: Médias móveis trimestrais do índice de base fixa (2002 = 100).

A situação do *spread* bancário no Brasil

Não obstante as medidas adotadas pelo Governo brasileiro e os avanços obtidos, nos últimos anos, no sentido de facilitar o acesso ao crédito e reduzir o seu custo, o *spread* bancário (diferencial entre as taxas de captação e as de aplicação) permanece elevado (o *spread* consolidado ficou em 27,8 pontos percentuais em setembro de 2006). Segundo o **Relatório de Economia Bancária e Crédito de 2005**, divulgado pelo Banco Central em agosto de 2006, grande parte do *spread* é constituída por inadimplência (33,97%), custos administrativos (21,56%), tributos e taxas (8,37%), depósitos compulsórios (7,00%) e resíduo líquido (19,80%), que é a margem de ganho dos bancos.

Com o objetivo de aumentar o poder de barganha dos clientes junto aos bancos e, assim, reduzir o juro e o *spread* bancário, o Governo anunciou, no início de setembro deste ano, um pacote de medidas, dentre as quais se destacam a criação obrigatória da conta-salário (sem tarifas bancárias nem CPMF) e a portabilidade do crédito (o cliente de um banco pode transferir um empréstimo que ainda não terminou de pagar para outro banco sem arcar com os custos de CPMF e IOF). As mesmas, apesar de terem sido recebidas com um certo ceticismo, parecem trazer avanços consideráveis para o relacionamento dos clientes com as instituições financeiras.

Composição do *spread* bancário no Brasil — 2004



FONTE: Bacen.

Edison Marques Moreira (FEE/CEES)

O crescimento demográfico das aglomerações urbanas do Rio Grande do Sul

Atualmente, existem quatro aglomerados urbanos no Estado: a Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA), a Aglomeração Urbana do Nordeste (Aune), tendo como município-pólo Caxias do Sul, a Aglomeração Urbana do Sul (Ausul), com pólo em Pelotas, e a Aglomeração Urbana do Litoral Norte (Aulinorte), cujo pólo é Osório. Como mostra a tabela, 51,6% da população do Estado residem nesses aglomerados urbanos, concentrados em 13,3% dos municípios e ocupando 9,3% da área do Estado. Estão fora dessas aglomerações sete municípios com mais de 100.000 habitantes, que podem ser considerados pólos regionais: Santa Maria (256.394 habitantes), Passo Fundo (178.472 habitantes), Uruguaiana (132.934 habi-

tantes), Bagé (119.961 habitantes) e Santa Cruz do Sul (119.988 habitantes).

Apesar da queda da fecundidade, ainda persiste a tendência de concentração populacional nesses aglomerados. Quando se considera o crescimento absoluto da população entre 2000 e 2005, nota-se que houve uma mobilidade populacional significativa em direção a essas áreas. O exame da tabela mostra que a concentração do crescimento populacional do RS entre 2000 e 2005, no território ocupado pelos aglomerados urbanos, alcançou 77,9% do crescimento total do Estado. Se se acrescentam a esses aglomerados os pólos regionais, essa concentração alcança 85%.

Número de municípios, população, área e aumento populacional total e por aglomerações urbanas no Rio Grande do Sul — 2000-05

REGIÕES	NÚMERO DE MUNICÍPIOS		POPULAÇÃO EM 2005		ÁREA EM 2005 (km ²)		AUMENTO POPULACIONAL 2000-05	
	Absoluto	Participação %	Absoluta	Participação %	Absoluta	Participação %	Absoluto	Participação %
RIO GRANDE DO SUL	496	100,0	10 749 595	100,0	268 887,4	100,0	561 797	100,0
Total dos aglomerados urbanos	66	13,3	5 549 007	51,6	24 884,9	9,3	437 833	77,9
RMPA	31	6,3	4 045 355	37,6	9 800,2	3,6	327 022	58,2
Aune	10	2,0	664 284	6,2	3 558,7	1,3	60 412	10,8
Ausul	5	1,0	582 680	5,4	6 450,2	2,4	25 464	4,5
Aulinort	20	4,0	256 688	2,4	5 075,8	1,9	24 935	4,4
Municípios fora dos aglomerados	430	86,7	5 200 588	48,4	244 002,5	90,7	123 964	22,1

FONTE DOS DADOS BRUTOS: http://www.fee.rs.gov.br/sitefee/pt/content/estatisticas/pg_feedados.php

NOTA: 1. Aglomerado urbano é o território contíguo habitado com densidade residencial, desconsiderando-se os limites administrativos.

2. Para a composição das aglomerações urbanas ver: http://www.metroplan.rs.gov.br/institucional/area_atua.htm

Maria de Lourdes Teixeira Jardim (FEE/CIE)



Tenha acesso a esta e a outras
publicações em
nossa Home Page
www.fee.rs.gov.br



Previsões de safra assinalam o desempenho das lavouras de verão

A produção da safra 2005/2006 possibilitou a recuperação dos volumes anteriormente conquistados no Rio Grande do Sul. Após registros de frustração de safras ao longo dos últimos anos (1999/2000, 2003/2004, 2004/2005), o mais recente levantamento da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), datado de novembro de 2006, mostra uma curva ascendente para a produção dos principais grãos de verão. Os números preliminares revelam crescimento de 8,5% para o arroz, 55,1% para o feijão e 189,5% e 186,8% para o milho e a soja respectivamente, em comparação com a safra 2004/2005. Relativamente ao último recorde obtido no Estado (safra 2002/2003), a soma da produção desses grãos é apenas 4,7% menor. Esse resultado deve, provavelmente, ser atribuído aos notáveis desempenhos da lavoura de arroz, que pode vir a registrar recorde de produção, e da de soja, que pode apresentar o segundo maior volume produzido na década.

Para a safra 2006/2007, as primeiras previsões indicam uma produção nos mesmos níveis obtidos na safra 2005/2006. As estimativas máximas da Conab apontam acréscimos de 5,8% para o feijão, 3,8% para o milho e 0,2% para a soja. Para o arroz, existe a possibilidade de uma variação negativa em torno de 5% nas quantidades produzidas. Esse recuo está associado à queda prevista na área destinada à cultura, supondo-se um rendimento físico no mesmo patamar. De qualquer forma, a expectativa é de permanência da área total plantada com grãos em torno da média histórica de 6,5 milhões de hectares, uma vez que temperaturas adequadas têm favorecido o desenrolar da fase de plantio de algumas culturas de verão e a germinação e o desenvolvimento vegetativo de outras.

Produção e total de área plantada das principais lavouras das safras de verão do Rio Grande do Sul — 2002/07

(1 000t)

LAVOURAS	2002/2003	2003/2004	2004/2005	2005/2006 (1)	2006/2007 (2)
Arroz	4 697,1	6 338,1	6 205,2	6 729,6	6 380,3
Feijão	137,8	133,7	74,6	115,7	121,9
Milho	5 428,2	3 371,3	1 570,9	4 547,8	4 719,7
Soja	9 579,3	5 541,7	2 621,8	7 518,6	7 530,3
TOTAL	19 842,5	15 384,8	10 472,5	18 911,7	18 752,2
Total de área plantada (1 000ha)	6 125,1	6 348,6	6 489,3	6 459,8	6 508,2

FONTE: Conab. Disponível em: <http://www.conab.gov.br/conabweb/index.php?PAG=101> Acesso em: 14 nov. 2006.

(1) Dados preliminares. (2) Levantamento de nov./06.

Elvin Maria Fauth (FEE/CEES)

Saneamento básico: a urgência de tratamento de esgoto no RS

A questão do saneamento básico é fundamental para a qualidade do meio ambiente e para as condições de vida da população. No tocante ao esgoto, pode-se estabelecer uma relação direta entre a ausência de coleta e tratamento e as doenças relacionadas à contaminação da água.

O IBGE publicou, nos **Indicadores de Desenvolvimento Sustentável**, os volumes de esgoto coletado e tratado. E, para examinar a situação do RS, criaram-se coeficientes que relacionam os volumes de esgoto com o número de domicílios particulares permanentes. Além dos dados sobre o Brasil, foram selecionados os estados das Regiões Sul e Sudeste, pois estas estão dentro de um contexto socioeconômico mais homogêneo.

Comparativamente, o RS aparece em último lugar, já que o esgoto com tratamento atinge um coeficiente 73% menor que

o nacional. Em relação ao volume de esgoto coletado, o Estado ocupa o penúltimo lugar, com um coeficiente 56% menor que o do País. Cabe destacar que São Paulo e Rio de Janeiro apresentaram os melhores coeficientes nas regiões selecionadas.

A realidade brasileira é caracterizada pela deficiência de sistemas de coleta, e o percentual de esgoto coletado que recebe algum tipo de tratamento é baixo, ou seja, 35,3%, ainda com o agravante de que uma parte considerável do esgoto produzido não é recolhido por sistemas de coleta, sendo lançado diretamente no solo e em corpos d'água. É necessário ressaltar que a situação do Rio Grande do Sul é ainda pior: a tragédia do Rio do Sinos, nesse sentido, é um sinal de alerta.

Volume de esgoto coletado por dia, total e com tratamento, por domicílios particulares permanentes, nos estados das Regiões Sudeste e Sul e no Brasil — 2000

ESTADOS, REGIÕES E BRASIL	TOTAL (m³) (A)	COM TRATAMENTO (m³) (B)	PERCENTUAL B/A
Região Sudeste	0,556	0,151	27,20
Minas Gerais	0,616	0,032	5,20
Espírito Santo	0,181	0,105	57,70
Rio de Janeiro	0,734	0,188	25,60
São Paulo	0,486	0,195	40,10
Região Sul	0,139	0,064	46,20
Paraná	0,171	0,105	61,50
Santa Catarina	0,076	0,059	77,40
Rio Grande do Sul	0,142	0,031	22,00
Brasil	0,325	0,115	35,30

FONTE: IBGE. Indicadores de Desenvolvimento Sustentável — Brasil 2004. Rio de Janeiro: IBGE, 2004.

IBGE. Censo Demográfico — Brasil 2000. Rio de Janeiro: IBGE, 2001.

Naia Oliveira (FEE/CIE)

O déficit da Previdência do Estado do Rio Grande do Sul

Em 2002, o INSS precisou de R\$ 17 bilhões para fechar suas contas e cumprir compromissos com 19 milhões de beneficiários. No mesmo ano, o Regime Próprio de Previdência Social (RPPS), que engloba os servidores públicos da União dos estados e dos municípios, precisou de R\$ 40 bilhões, mais que o dobro, para pagar benefícios a 3,2 milhões de pessoas, menos do que um quinto do número de beneficiários do INSS. Diante desse quadro, o Governo Lula propôs uma reforma no sistema previdenciário dos servidores públicos e, já em 2003, conseguiu aprovar a Emenda Constitucional nº 41 (EC 41), cujo objetivo é operar mudanças no RPPS.

Os principais pontos da EC 41 são: (a) a instituição de um sistema contributivo com a definição de alíquotas para os segurados e para os entes da Federação; (b) a implantação de contribuição previdenciária para inativos e pensionistas; (c) a definição de regras gerais para a organização e o funcionamento do RPPS; (d) a criação do regime de previdência complementar para os novos servidores; e (e) na medida em que seja criada a previdência complementar, o estabelecimento de um teto de contribuição e de benefício nos moldes do que já funciona no INSS.

No que se refere ao Estado do Rio Grande do Sul, em 2004, foram implantadas, por lei, a contribuição mensal dos servidores ativos de 11% sobre a remuneração para as aposentadorias e a contribuição mensal de inativos e pensionistas de 11% sobre a parcela que exceder o teto do INSS, hoje fixado em R\$ 2.801,82. Ainda em 2005, foi reestruturado o Instituto de Previdência do Estado (IPE), tornando-se gestor único do RPPS do Estado do Rio Grande do Sul.

Assim, configurou-se um regime contributivo de previdência para os servidores estaduais gaúchos, vindo a auxiliar na redução do significativo déficit previdenciário existente (R\$ 3,7 bilhões em 2005), uma vez que a contribuição antes descontada dos servidores ativos para as aposentadorias era de apenas 2% e, mesmo assim, só havia sido implementada a partir de 1996.

Encontra-se pendente de uma lei estadual para se adequar à EC 41 a constituição de um fundo visando atender à legislação que exige a contabilização individualizada dos recursos oriundos das contribuições, assim como a contribuição mensal do Estado, que será correspondente ao dobro da contribuição de seus servidores ativos, inativos e pensionistas. Com a implantação dessa contribuição, a receita

previdenciária do Rio Grande do Sul, tomando-se o exemplo de 2005, passaria de R\$ 500,9 milhões para R\$ 1,5 bilhão. Considerando-se apenas as contribuições de ativos, inativos e pensionistas, a receita previdenciária cobre 11,8% do total da despesa previdenciária, porém, com o acréscimo das contribuições do Estado, essa cobertura chegaria a 35,4%.

Em 2005, as despesas com Previdência Social representaram 24,1% da despesa consolidada do Estado e 49,6% das despesas com pessoal. Analisando a evolução das receitas e das despesas previdenciárias no período de 2001-05, constata-se que as receitas tiveram um incremento de 9,5%, enquanto as despesas diminuíram 7,4%, e, em vista disso, o déficit previdenciário reduziu-se 9,3% (Tabela).

A adequação plena à EC 41, inclusive com a criação da previdência complementar do servidor, é condição indispensável para a redução, a médio ou a longo prazo, do significativo desequilíbrio existente hoje no sistema previdenciário do Estado do Rio Grande do Sul.

Evolução da receita e da despesa previdenciária do Estado do Rio Grande do Sul — 2001-05

ANOS E VARIAÇÃO	RECEITA	DESPESA	RESULTADO
2001	457,4	4 581,7	-4 124,3
2002	431,0	4 722,2	-4 291,2
2003	386,4	4 115,1	-3 728,7
2004	533,1	3 984,9	-3 451,8
2005	500,9	4 241,2	-3 740,3
Variação %			
2001-05	9,5	-7,4	-9,3

FONTE: Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul.

NOTA: Valores atualizados pela média do IGP-DI-FGV de 2005.

Calino Pacheco Filho (FEE/CEES)

CARTA DE CONJUNTURA FEE (elaborada com informações até 1º.12.06).

ISSN 1517-7262

A Carta de Conjuntura FEE é uma publicação mensal de responsabilidade dos editorialistas. As opiniões não exprimem um posicionamento oficial da FEE ou da Secretaria da Coordenação e Planejamento.

Tiragem: 800 exemplares.



Fundação de Economia e Estatística
Siegfried Emanuel Heuser

Presidente: Antonio Carlos C. Fraquelli

Diretor Técnico: Álvaro Antônio Louzada Garcia

Diretor Administrativo: Antonio Cesar Gargioni Nery

Conselho Editorial da Carta: Álvaro Antônio Louzada Garcia, Adalberto Alves Maia Neto, Marinês Zandavali Grandó e Roberto da Silva Wiltgen.

Núcleo de Dados: Marilene Gauer (coordenação), Ana Maria de Oliveira Feijó e Jussara Lima do Nascimento.

Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser

Rua Duque de Caxias, 1691 - Porto Alegre

CEP 90010-283

E-mail: conjuntura@fee.tche.br

www.fee.rs.gov.br

Editoração

Supervisão: Valesca Casa Nova Nonnig.

Revisão

Coordenação: Roselane Vial. Revisores: Breno Camargo Serafini, Rosa Maria Gomes da Fonseca, Sidonia Therezinha Hahn Calvete e Susana Kerschner.

Editoria

Coordenação: Ezequiel Dias de Oliveira. Composição, diagramação e arte final: Cirei Pereira da Silveira, Denize Maria Maciel, Ieda Terezinha Koch Leal e Rejane Maria Lopes dos Santos. Conferência: Elisabeth Alende Lopes e Rejane Schmitt Hübner. Impressão: Cassiano Osvaldo Machado Vargas e Luiz Carlos da Silva.